



XVIII ENANPUR
NATAL 2019
27 a 31 maio

Assessoria técnica e extensão universitária, rompimentos temporais: o caso da Gamboa de Baixo

Autores:

Daniel Marostegan e Carneiro - PPGAU-FAUFBA - daniel@teia.org.br
Iago Albuquerque Barros - RAU+E FAUFBA - iago.albuquerque@gmail.com
Léo Silviano Bahia Filho - FAUFBA - leo.silviano2010@gmail.com
Erika Barbosa de Oliveira Souza - FAUFBA - erikabarbosa.au@gmail.com

Resumo:

Este artigo discute algumas complexidades na relação entre a universidade e os territórios urbanos a partir de ações e projetos que relacionam assessoria técnica e extensão universitária, que são muitas vezes condicionadas pelos tempos pré estabelecidos dos ciclos de interação extensionista, previstos a priori nos projetos ou ações de extensão. Para discutir essas questões o texto dedica o olhar sobre o caso da Gamboa de Baixo em Salvador - BA, que pode ser caracterizado como um bairro popular consolidado inserido em uma zona urbana central à beira da baía de todos os santos, com localização bastante privilegiada e que recebeu ao longo do tempo diversas ações extensionistas. A ocupação da Gamboa se caracteriza tanto pela permanência popular em uma área urbana muito valorizada, quanto pela predominância de pescadores negros que tem sua subsistência muito pautada pela relação com o mar. Por fim, o texto apresenta reflexões sobre as interações extensionistas das universidades com a Gamboa de Baixo analisando a problemática dos ciclos de tempo pré-definidos, com início meio e fim muitas vezes herméticos e de baixo retorno real ao território, o que aponta para as perspectivas de rompimentos temporais entre os ciclos, de forma a se tornarem mais cumulativos.



ASSESSORIA TÉCNICA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, ROMPIMENTOS TEMPORAIS:

O caso da Gamboa de Baixo.

APRESENTAÇÃO

Este artigo pretende discutir algumas complexidades que se dão na relação entre a universidade e os territórios urbanos a partir de ações e projetos que relacionam assessoria técnica e extensão universitária, sobretudo no que se refere ao desenvolvimento e manutenção de vínculos entre agentes envolvidos no processo, a importância da construção de um patamar de confiança nas trocas entre os mesmos, que são muitas vezes condicionadas pelos tempos pré estabelecidos dos ciclos de interação extensionista, previstos a priori nos projetos ou ações de extensão.

A interação extensionista mergulha os envolvidos em contradições temporais que muitas vezes se confrontam com a própria lógica das estruturas universitárias que dão suporte para tais ações. Por um lado está a temporalidade dos moradores e ocupantes do território, com seus processos históricos de acomodação e tensionamento das relações, por outro o tempo da interação dos agentes envolvidos no processo de extensão em curso e ainda a temporalidade da universidade, dos projetos com começo meio e fim, que muitas vezes não condizem com os ciclos do cotidiano e da ocupação do território.

Para discutir essas questões o artigo dedica o olhar sobre o caso da Gamboa de Baixo em Salvador - BA (FIGURA 01), que pode ser caracterizado como um bairro popular consolidado inserido em uma zona urbana central à beira da baía de todos os santos, com localização bastante privilegiada de grande interesse do mercado imobiliário e que resistiu ao longo do tempo a diversas investidas de reestruturação urbana interessadas na remoção das moradias e demais construções ali existentes. A Gamboa hoje possui cerca de 300 moradias, com estimativa de uma população em torno de 1200 moradores, e se caracteriza por esse processo de luta pela permanência, que é entendida pela associação de moradores como um direito conquistado ao longo dos mais de cem anos em que se conformou como uma vila de pescadores negros e que tem sua

subsistência muito pautada pela relação com o mar, características que podem ser notadas facilmente ainda hoje.



Figura 01: Fotocolagem panorâmica da Gamboa de Baixo. Fonte: Umberto Viollato, 2017.

Para levantar essa discussão o texto se estrutura em 3 partes mais gerais e que em algumas situações contem outras subdivisões. A primeira parte do texto procura alinhar um breve histórico do desenvolvimento da extensão universitária junto aos processos de ensino nas escolas de Arquitetura e Urbanismo (AU) no Brasil, lança mão então de uma análise da importância de tais processos na formação dos arquitetos e urbanistas e prepara o campo para as problemáticas envolvidas na consolidação da extensão em AU.

Já a segunda parte do texto traz uma sequência de subdivisões que envolvem a reconstrução de um histórico específico de interações da universidade com o território da Gamboa, processo que se inicia ainda nos anos 1990 e que vem transcorrendo até os dias de hoje, numa sequência de ações extensionistas que ocorreram muitas vezes de forma intensa em um dado momento histórico e que depois se desarticularam, o que aponta para uma confluência de diferentes agentes universitários em direção ao território na maior parte das vezes com pouca ou nenhuma articulação entre si. Após esse panorama histórico da interação da universidade com o território o artigo se debruça numa sequência de atividades da Faculdade de Arquitetura, mais especificamente da Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia¹ (RAU+E), com atuações extensionistas bastante

¹ A Residência AU+E se baseia nas experiências de residências médicas e multiprofissionais da saúde, tendo suas atividades direcionadas para profissionais formados da área de arquitetura, urbanismo e afins. O formato institucional é de uma especialização em Habitação e Direito a Cidade, voltado para a formação de especialistas

distintas e que vão apontar para o quadro atual de assessoria técnica junto a melhorias habitacionais. Ainda na perspectiva desta ação de melhorias outros ciclos de extensão são iniciados em diálogo com a atuação da RAU+E, um primeiro que envolve bolsistas da graduação e um segundo que envolve uma disciplina de Ateliê III (projeto habitacional) direcionada para os estudantes do terceiro ano do curso da FAUFBA.

Por fim, na terceira parte do texto são apresentadas reflexões sobre a interação extensionista da universidade com a Gamboa de Baixo apontando para a problemática dos ciclos de tempo pré-definidos, com início meio e fim e que podem ser analisados de forma exitosa quando observados de forma estanque, mas que num histórico tão extenso de ações leva a reflexões mais profundas sobre sua forma de atuação muitas vezes hermética e de baixo retorno real ao território, deixando claro a necessidade de rompimentos temporais entre os ciclos de forma a se tornarem mais cumulativos.

BREVE HISTÓRICO SOBRE A CONSOLIDAÇÃO DA EXTENSÃO NO ENSINO DE AU

A compreensão do papel social das escolas de AU, principalmente as públicas, as colocam como lócus privilegiado para a estruturação do enfrentamento às desigualdades urbanas e mais: para a experimentação, crítica e proposição de processos de transformação de tais condições urbanas e habitacionais, de forma a não se apartarem dessa realidade, mas, ao contrário, se entenderem como parte dela, aproximando-se das dinâmicas que as conformam não apenas em teoria, mas também em atuação prática.

A problemática de intervenção em áreas precárias, que deveria ser pensada como parte importante dos conteúdos contemplados na formação dos arquitetos e urbanistas brasileiros, pelas dinâmicas e complexidades que lhe são próprias, é pouco afeita aos métodos de ensino tradicionais. Nessa pauta, em função da complexidade de tal problemática, considera-se que a conexão entre teoria e prática seria um caminho possível no que se refere ao ensino, e nesse sentido conecta, por princípio, ensino e extensão.

As experiências de extensão universitária que pretendem lidar com a cidade real a partir da conexão entre atividades práticas e teóricas apresentam uma grande gama de processos educativos que carecem de uma análise mais detida. Os processos educativos envolvidos nessas práticas transcendem os espaços da sala de aula e abrangem localidades e populações urbanas com as quais são realizadas as atividades: a diversidade de atores envolvidos nas atividades de extensão trazem à

em assessoramento técnico direcionado às populações que habitam as regiões urbanas precárias. O tempo de duração do curso é de 16 meses, tendo 4 meses de atividades didáticas e 12 meses de assessorias técnicas sob tutoria de professores da universidade.

baila uma complexidade de questões que interagem nestes processos educativos, cujo campo de debates encontra-se ainda por construir.

O que apresentamos aqui na relação ensino e extensão considera, como uma de suas hipóteses, que a conexão teórico-prática no ensino em arquitetura e urbanismo, possivelmente se constitui como um 'atalho pedagógico' para a aproximação dos arquitetos e urbanistas de sua função social, no sentido de atuar junto às soluções urbanas e habitacionais direcionadas para a maioria da população, na busca da melhoria da qualidade das suas moradias e das suas cidades. Nesse sentido, se faz necessário verificar se e como a conexão entre teoria e prática - em atividades em um canteiro de obras, o "ir a campo" em atividades de levantamento e desenvolvimento de projeto ou ainda em oficinas de trocas de saberes e de participação popular - pode inserir os participantes dessas experiências nas dimensões técnicas e políticas da arquitetura e do urbanismo, gerando outras possibilidades de aprendizagem e de apreensão da realidade em que está inserida a profissão.

Consideramos que entre outras questões, a maior aproximação entre teoria e prática se coloca como um elemento central na composição de uma necessária perspectiva de transformação do ensino de AU, de forma a tensionar as práticas profissionais hegemônicas ligadas à provisão habitacional das classes abastadas e a potencialização dos ganhos do mercado imobiliário. Embora seja inevitável considerar como minoritárias em termos da formação acadêmica do arquiteto e urbanista, essa perspectiva de ação profissional e formação crítica tem se consolidado progressivamente no país. Encontramos alguns indícios publicados em trabalhos de forma dispersa para uma reconstrução histórica do ensino crítico de AU no Brasil, iniciativas que de forma mais ou menos isoladas acabam não tendo continuidade mas que fazem ebulir em momentos e escolas distintas a conexão entre os saberes e fazeres de arquitetura e os saberes e fazeres populares.

"A história do ensino crítico de Arquitetura, que pretendeu questionar a atuação profissional hegemônica e estabelecer uma nova relação com a realidade, com a técnica e com as necessidades da maioria da população, formulando para isso uma pedagogia própria, ainda precisa ser escrita. É certo que ela foi muito combatida e quase todas as experiências acabaram violentamente interrompidas. Essa história começa, ao menos, em 1962, na UNB, com Mayumi e Sérgio Souza Lima organizando o curso de Arquitetura a convite de Darcy Ribeiro. Após o golpe, a Universidade sofreu intervenção militar e o curso é fechado. Sérgio e Mayumi transferem-se para a FAU-Santos e juntos com Sérgio Ferro e Francisco de Oliveira, entre outros, elaboram uma nova estrutura de ensino - outra iniciativa abruptamente encerrada. Mayumi segue para São José dos Campos,

formando, no início dos anos 70, com Siegbert Zanettini, Dalton de Luca e outros colegas, o Instituto de Artes, Arquitetura e Comunicação, que também é fechado em 1976, quando Rodrigo Lefèvre também era professor da escola. O Laboratório da Belas-Artes não foge a essa regra e, mais recentemente, em 2000, a Unitau (Universidade de Taubaté) demitiu sumariamente um grupo de professores que pretendia realizar transformação semelhante no ensino.” (Arantes, 2002)

Na década de 80, durante o processo de redemocratização algumas iniciativas se destacam nas escolas de arquitetura na tentativa de conectar teoria e prática, interagir técnicos com movimentos sociais, desenvolver metodologias de projeto participativo e implementar materiais, sistemas construtivos e tecnologias alternativas para a produção de habitação popular. São os laboratórios de habitação, que vão se estruturar com diferentes configurações em várias escolas do país, entre outras iniciativas destaco pelo pioneirismo: o Laboratório de Habitação da Faculdade das Belas Artes em São Paulo que funcionou entre 1982 e 1986, e o Laboratório de Habitação da Unicamp que desenvolveu atividades de 1986 até seu fechamento em 2001 (PULHEZ, 2007). Vale destacar também a iniciativa na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal Fluminense o NEPHU/UFF², que neste mesmo período inicia sua atuação, num formato que envolve extensão universitária e a atuação como assessoria técnica junto aos moradores da favela do Gato, que resistiam ao processo de remoção. Nos parece importante identificar as relações que se estabelecem entre essas experiências de extensão, envolvendo os docentes, pesquisadores, arquitetos, outros profissionais e movimentos sociais e que de alguma forma “povoam o imaginário”, e antecipam questões que vão se estruturar no período subsequente com o surgimento de diversas assessorias técnicas de arquitetura e urbanismo em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Será a partir de meados da década de 1990 que algumas experiências autônomas começam a surgir nas escolas de arquitetura em torno da busca de maior contato com a realidade das cidades brasileiras e do desenvolvimento de atividades práticas, iniciativas de organização estudantil que se conformam como embriões do que se convencionou chamar, pelo próprio movimento estudantil, de Escritórios Modelo de AU³. Uma profusão de experiências nesse sentido surgem ao longo dos anos 2000 (LODDI et al, 2016. SILVA et al, 2014), processo que permanece em desenvolvimento até os dias de hoje em escolas espalhadas em todo o

2 Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense.

3 Parece válido destacar que embora se reconheçam com esse nome, essas iniciativas vão questionar o formato de trabalho tradicional de “escritórios” de arquitetura, promovendo outras práticas, sem se entenderem como modelo a ser seguido, pautando o protagonismo estudantil e a autonomia.

território nacional, contemplando diferentes arranjos e especificidades. Ainda em 1997 é realizado em Maceió o I SENEMAU – Seminário Nacional de Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo, evento que é organizado pela FENEA – Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo com edições anuais, e que desempenha um importante papel de proporcionar a troca de experiências, a disseminação e desenvolvimento de metodologias próprias. Apesar dessas experiências muitas vezes não conterem a institucionalização necessária para o enquadramento formal como atividades de extensão universitária, e portanto não fazem parte das atividades oficiais dos cursos em que estão inseridas, acabam impactando de forma significativa a formação de muitos estudantes que se envolveram em tais processos durante sua formação. Os escritórios modelo assim como outras iniciativas de caráter estudantil, representaram um significativo alargamento das ações extensionistas nas escolas de arquitetura nos períodos subsequentes.

No bojo dessas iniciativas que procuram interagir teoria e prática no ensino de arquitetura, novos projetos de extensão ganham campo nos cursos de AU e muitos deles encontram a partir de 2009 no PROEXT-Capacidades⁴ um importante meio de viabilizar suas atividades, um exemplo significativo, nesse sentido, é a experiência da primeira residência profissional em arquitetura e urbanismo no Brasil, denominada: Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia AU + E que vem sendo desenvolvida no âmbito da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFBA⁵, e que se institui como uma especialização profissional que pretende, através da extensão universitária, formar profissionais para atuar com assistência técnica, ao mesmo tempo que viabiliza intervenções projetuais a partir da assessoria a populações moradoras de regiões urbanas precárias (Gordilho-Souza, 2014).

Com esse conjunto de iniciativas que compõe um breve histórico das experiências de extensão universitária nas escolas de arquitetura e urbanismo e sua relação com o surgimento das assessorias técnicas no Brasil, nos parece possível identificar um processo de consolidação progressiva em que a extensão em arquitetura e urbanismo passa a ocupar um espaço que historicamente não tinha junto às escolas da área.

Tal constatação corrobora com a perspectiva aqui enunciada da necessidade de maior conexão entre teoria e prática na abordagem das escolas de arquitetura e urbanismo no Brasil, o que de forma morosa e ainda minoritária vem se implementando ao longo do tempo. Em uma análise mais ampliada é inegável os avanços quantitativos em termos de

4 PROEXT/CAPACIDADES foi um programa de financiamento de projetos de extensão universitária voltadas para as atuações nas cidades, surge a partir de uma parceria entre o Ministério da Educação através do PROEXT – Programa de Apoio a Extensão Universitária e o Ministério das Cidades através do CAPACIDADES – Programa Nacional de Capacitação das Cidades.

5 Atualmente a experiência da residência, que está finalizando o ciclo de sua terceira turma, vem sendo encampada por outras universidades, com nucleações em desenvolvimento na UFPB, UFC, UNB e UFPEL.

investimentos de recursos, de diversidade de propostas, de amplitude territorial das proposições e do volume geral de iniciativas que podem ser identificadas junto aos dados de implementação do PROEXT/Capacidades⁶.

Essa consolidação da extensão nas escolas de arquitetura e urbanismo não pode deixar de ser considerada um avanço, já que embora ocorra de forma tardia, aponta para a perspectiva de maior aproximação entre a formação teórica e prática, e aporta para dentro das escolas uma grande matiz de discussões e questões que de outra forma não tinham espaço, visibilizando processos que foram historicamente marginalizados pelo ensino de arquitetura e urbanismo e que são identificados aqui como parte importante do afastamento de grande parte dos arquitetos e urbanistas das demandas espaciais, tanto habitacionais quanto urbanas, da maioria da população brasileira.

É importante ressaltar que o crescimento e a consolidação da extensão nas escolas de arquitetura e urbanismo, por si só, não significam a solução para as questões em que estão envolvidas a profissão e a formação na área, existem muitos interesses aí envolvidos e o campo da extensão ainda tem muito a se desenvolver. O que identificamos aqui é o potencial da extensão nas escolas de arquitetura e urbanismo, de forma a proporcionar outros caminhos para a formação técnica e política e para a atuação profissional na área.

Se por um lado reconhecemos a caracterização das precariedades urbanas existentes no padrão de urbanização brasileiro, no qual a maior parte da população não tem acesso à boas condições habitacionais e a espaços e equipamentos urbanos qualificados. Por outro é perceptível que tradicionalmente os cursos de arquitetura e urbanismo não destinam uma quantidade de conteúdos adequada ao necessário enfrentamento daquelas precariedades, que consideramos ser o maior desafio da arquitetura e do urbanismo brasileiros.

Como a maioria da população que convive cotidianamente com as precariedades urbanas e habitacionais não tem recursos para contratar serviços técnicos especializados, constrói seus espaços de vida da forma como consegue e com os poucos recursos de que dispõe. Ao mesmo tempo boa parte dos arquitetos não vê a atuação junto a esse público como uma forma viável de sobrevivência profissional, o que acaba por fortalecer um ciclo de escassez e precariedade. Boa parte da população nem sabe o que faz um arquiteto e boa parte dos arquitetos não tem ideia de como trabalhar numa favela.

Essa reflexão nos faz dedicar o olhar para processos de formação acadêmica que possam transformar esse campo de atuação profissional. Para tanto identificamos que a consolidação de um ensino crítico de

⁶ O Programa atuou ativamente entre 2009 e 2016, tendo sido aprovados um total de 223 projetos de instituições de ensino superior que receberam R\$ 21.525.195,46, para saber mais ver CARNEIRO, 2016.

arquitetura tem relação direta com a implementação de ações de extensão que permitam interagir prática e teoria, saberes técnicos e saberes populares, em ações desenvolvidas em regiões urbanas reais nas quais se integram diferentes agentes, e que acabam por contribuir com a formação e transformação de todos os envolvidos em tais processos.

Como vimos anteriormente não se trata de ideia nova, já que um volume de experiências desenvolvidas em diferentes épocas tangenciaram as mesmas perspectivas conformando indícios de um significativo histórico, mas nos parece que frente a uma demanda urbana tão abrangente devemos estruturar ações mais duradouras e nesse sentido os processos formativos, e portanto, as escolas de arquitetura, são espaços privilegiados para o desenvolvimento de tais ações, que obviamente pretendem impactar a formação em AU de forma mais abrangente.

Embora o financiamento do PROEXT/Capacidades tenha sido interrompido em 2017⁷, o que se configura como um prejuízo imensurável para o importante processo de desenvolvimento da extensão universitária que estava em curso em todo o país, parece plausível imaginar que o impacto que tal crescimento terá, ainda seja difícil mensurar, visto que os processos iniciados não se finalizam junto com o corte de recursos. Sem dúvidas que perdem força, mas seguem a impactar consolidando novos imaginários. No que se refere ao campo de arquitetura e urbanismo, assim como as discussões dos laboratórios de habitação dos anos 80 repercutiram na configuração do campo profissional das assistências técnicas na década seguinte, e a proliferação dos emaus nas escolas em meados de 90 repercutiu na ampliação das perspectivas extensionistas, o crescimento e consolidação da extensão deve repercutir no campo profissional em um período próximo.

BREVE HISTÓRICO DA RELAÇÃO ENTRE A UNIVERSIDADE E O TERRITÓRIO DA GAMBOA

Apresentamos agora uma síntese histórica, que traz ao mesmo tempo uma rápida contextualização da consolidação da Gamboa de Baixo e demonstra a existência de uma variedade de iniciativas extensionistas durante pelo menos as últimas três décadas junto a este território, mais do que escrutinar e contextualizar cada iniciativa nos interessa nesse artigo o seu conjunto, a existência ou não de interlocução entre elas e o que poderíamos considerar acúmulos dessa interação entre atividades de extensão e a Gamboa, tendo como base de análise nossa própria inserção no território⁸, as interações com moradores e as publicações já realizadas

7 Em meio a intensa crise política e econômica o programa deixa de destinar recursos para as atividades de extensão universitária.

8 Os autores tem diferentes inserções no território, que mesclam ações de extensão universitárias e de assessoria técnica direta à associação de moradores, tendo sido iniciado os vínculos no início de 2017, esse artigo compila informações que foram coletadas em diferentes

sobre essas atividades, que em alguns casos tiveram grande importância no desenvolvimento de assessorias técnicas que apoiaram a luta de permanência dos moradores em momentos cruciais, apresentando respostas técnicas a demandas urgentes.

Ao longo dos anos diferentes atores concorreram para a consolidação do bairro popular da Gamboa de Baixo, que surge como uma concentração de edificações relacionadas à atividade pesqueira no entorno de uma base da marinha, o Forte São Paulo da Gamboa construído no século 17 e que pela sua localização privilegiada desempenhou um importante papel na estratégia de defesa da cidade de Salvador, então capital do país. Com o abandono do forte, em função do declínio da demanda de defesa militar da cidade a partir da mudança da capital para o Rio de Janeiro, o conjunto do entorno permanece ativo e em crescimento, abrigando uma vila de pescadores que vai se desenvolvendo ao longo dos anos através de uma ocupação espontânea principalmente oriunda do crescimento das famílias de pescadores, que com o passar do tempo se conformam como diferentes gerações de “gamboeiros”, esse adensamento de moradia não é acompanhado pela implementação de infraestrutura urbana, e a Gamboa se desenvolve sem “acompanhamento do estado”.

Um marco importante no processo de consolidação que atualmente caracteriza o espaço da Gamboa ocorre na década de 1950 com a construção da Avenida Lafayette Coutinho, que passou a conectar a região nobre da cidade, conhecida como corredor da Vitória com a área do Comércio, essa conexão se dá por um viaduto que passa beirando a encosta e exatamente sobre a Gamboa, dividindo inclusive a ocupação existente em aquilo que após a intervenção se convencionou chamar: Gamboa de Baixo e Gamboa de Cima, sendo que a parte acima da avenida acaba sendo assimilada pela lógica da especulação imobiliária e se aproximando do padrão construtivo do centro, enquanto a parte abaixo da avenida se torna mais isolada, com acesso mais difícil e mantém outra lógica de ocupação, mais popular e autoconstruída.

“Os moradores alegam que a avenida isolou a comunidade da cidade, colocando-os abaixo da pista, sem acesso, sinalização e propiciando espaço para novos moradores que não eram nativos, sem qualquer melhoria na infraestrutura do local. A dificuldade de acesso é relatada até a atualidade, mas foi parcialmente resolvida no início dos anos 1990 pelos próprios moradores através da construção de uma escadaria sob a pista. De 1960 a 1990, a Gamboa de Baixo viveu praticamente sem apoio do poder público, sem saneamento, melhorias habitacionais ou qualquer atenção social.” (ZANOLLI, 2017).

interações ao longo desse período.

É exatamente após este período, em que os moradores tradicionais da gamboa se mobilizaram fortemente pela permanência, já que a intenção do poder público era de remoção total abaixo da Lafayette Coutinho, que um novo grupo de moradores passou a ocupar a área dos arcos construídos para sustentar a avenida. Esses novos moradores advindos de outras localidades do centro de Salvador vão iniciar o embrião do que seria anos depois um enclave do tráfico de drogas na Gamboa de Baixo, que até pouco tempo atrás se concentrava mais na parte alta do bairro, bastante conectada ao fluxo da Avenida Contorno, configuração que parece estar mudando rapidamente e se espalhando por outras áreas do bairro.

Atualmente a Gamboa é dividida geograficamente por três vielas: Hamilton Sapucaia, Barbosa Leal e Rua da Resistência (FIGURA 02), que acompanham a sua topografia acentuada entre vias estreitas de 1 a 3 metros de largura. A comunidade enfrenta problemas relacionados a acessos, pavimentação, esgotamento sanitário, iluminação pública, drenagem, coleta de lixo e habitação. Além das questões fundiárias relacionadas com a propriedade da terra, devido à área em que se localiza a Gamboa ser considerada terreno de marinha, portanto de responsabilidade da Secretaria do Patrimônio da União (SPU).



Figura 02: Divisão da Gamboa por ruas. Fonte: Google Earth editado pelo autor.

Ao final da rua Hamilton Sapucaia se encontram as ruínas da fortificação do século 17, que compõe um elemento central na história da Gamboa e nas disputas dos moradores pela permanência no espaço. Após décadas de abandono o que sobrou das construções do forte foram

ocupadas para fins de moradia, existindo relatados que apontam o início dessa ocupação há cerca de 60 anos atrás. Nas últimas duas décadas ocorreu um adensamento da ocupação do forte que consolidou anexos às ruínas históricas, construídos pelos próprios moradores. Por se caracterizar como patrimônio tombado, o forte é palco de disputas judiciais que envolvem o IPHAN, a SPU, a Prefeitura de Salvador e os moradores da Gamboa.

Devido a precariedade do saneamento um surto de cólera se alastrou na comunidade em 1992, ocasionando a morte de três moradores. O surgimento da doença e as condições insalubres de vida ocasiona a insurgência dos moradores na luta pelo direito de permanência e pela urbanização da área. Nesse momento como forma de protesto os gamboeiros paralisam o fluxo de automóveis na Avenida Contorno, e a crise sanitária da Gamboa ganha espaço nos meios de comunicação de massa, sendo noticiada nas rádios, nos jornais e na televisão, visibilizando ao poder público e a sociedade em geral as condições insalubres em que se vivia no centro da cidade. Neste momento de acúmulo organizativo surge a principal organização comunitária do bairro, a Associação de Moradores Amigos de Gegê, nome que homenageia uma liderança comunitária que foi vítima da cólera. A partir daí a associação passa a protagonizar as mobilizações e lutas da comunidade em torno de melhores condições de vida para os moradores da Gamboa.

Concomitantemente a formação da associação, os moradores recebiam os primeiros apoios das esferas institucionais, que se materializa na criação de um grupo de mulheres negras da Gamboa (1990). O grupo articulado pela Professora Rita Santa Rita, do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS)⁹, que surge para o enfrentamento de questões sobre o empoderamento das mulheres relacionados com a sexualidade e seus direitos sociais, que logo se torna o espaço onde se discutia a importância do saneamento básico e outras melhorias urbanísticas. O grupo teve papel ativo na formação e fortalecimento da associação de moradores e na articulação das mulheres, tendo atuado por alguns anos e depois perdido força. (PERRY E CAMINHA, 2008).

Com a revitalização do parque das esculturas e da Avenida Lafayette Coutinho em meados da década de 90, a associação de moradores recentemente formada, luta para participar do diálogo com os órgãos executores responsáveis, a fim de terem suas demandas incluídas no orçamento da intervenção proposta. Nas primeiras reuniões com a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia (CONDER), a habitação ou melhorias para a comunidade não eram pautas do órgão. Contudo, a associação apresenta na discussão um projeto idealizado em parceria com Faculdade de Arquitetura da UFBA (FAUFBA), através da professora Lúcia Cardoso, que introduz na pauta a questão da moradia na Gamboa de

9 Organização não governamental ligada à igreja católica e que desenvolveu relevantes trabalhos de formação popular em diversas localidades de Salvador.

Baixo (ZANOLLI, 2017), sendo esta uma das primeiras interações extensionistas de que se tem notícia.

Entre as iniciativas extensionistas realizadas no território da Gamboa de Baixo, que são conhecidas ou por publicações ou pela memória dos moradores e da atuação da associação vale destacar: em 1990 - o Grupo UNIUFBA, que realiza a análise da água dos minadouros existentes na comunidade, em função destes terem sido apontados pelos agentes públicos como os pontos de contaminação da cólera, os resultados não confirmam esta hipótese o que fortalece a posição dos moradores de que o problema estava na falta de saneamento básico; em 1992 - A professora Lúcia Cardoso, da Faculdade de arquitetura, com o grupo de pesquisa em conforto urbano térmico e acústico, passa a acompanhar a luta da comunidade, elaborando soluções em contraponto às propostas da gestão pública, em diálogo direto com a comunidade.

No início dos anos 2000 o LabHabitar da FAUFBA realiza atividades de assessoria técnica voltadas para o uso comunitário do forte, a partir de uma forte interação junto aos moradores é desenvolvido um projeto para o forte. As informações desta ação extensionista só são encontradas nas lembranças dos moradores, já que nada foi publicado e todo o material do projeto se perdeu.

Muitos anos depois, já em 2004 o arquiteto Alfredo Caldas, aluno do mestrado profissional em patrimônio e conservação (CECRE-UFBA), elabora um o projeto de restauro do forte, conectando a edificação com o Museu de Arte da Bahia (MAM) através de uma passarela via mar, e a construção de um plano inclinado que ligaria a fortificação à avenida Contorno.

Em 2013, na primeira edição da RAU+E, dois arquitetos passam a acompanhar a comunidade mais de perto. Fabricio Zanolli assessorando os moradores do forte, enquanto proposta de realocação das famílias para dentro da Gamboa. E José Aloir, elaborando diretrizes para a regularização fundiária através do instrumentos previstos no Estatuto das cidades (2001).

Em 2016, o grupo de pesquisa Lugar Comum da Faculdade de Arquitetura, desenvolve atividades de intercâmbio com a Bartlett School de Londres, que tem como uma das áreas trabalhadas a Gamboa de Baixo. Os trabalhos desenvolvidos em campo com os moradores, estavam relacionados sobretudo com as discussões acerca do direito à cidade, e conquistas dos direitos urbanísticos. Foram realizadas oficinas em diferentes frentes, desde a tradução das impressões e desejos de melhoria do território através da visão de seus moradores, até análises do espaço edificado e criação de um censo comunitário para quantificar as famílias e casas.

Já em 2018, uma nova turma de residentes da RAU+E volta a atuar na Gamboa, com uma equipe de três residentes, que desenvolvem ações ligadas a melhorias habitacionais, regularização fundiária e mobilidade. Como primeira ação de reaproximação da residência são desenvolvidas propostas para a ocupação do forte, envolvendo moradia, espaços comunitários e um museu da pesca artesanal.

Como podemos perceber são muitas as interações relatadas, sendo estas aqui apresentadas apenas aquelas que parecem ser mais marcantes, tanto no sentido das lembranças dos moradores quanto da documentação existente, com certeza existiram outras que se perderam no tempo e que foram pouco ou nada documentadas. As formas de atuação, os grupos envolvidos, os tempos de interação são absolutamente diversos e na maioria das vezes não vinculados uns aos outros, de forma que os moradores e especialmente as lideranças comunitárias se tornam os únicos agentes capazes de reunir e compreender o histórico dessas ações, que parecem carecer de maior confluência de forma a potencializar os impactos positivos gerados, em vista de tamanhas dificuldades encontradas no território a dispersão e falta de acúmulo não parece ser uma forma interessante de atuação.

INTERAÇÕES DA RESIDÊNCIA COM A GAMBOA DE BAIXO

A RAU+E teve sua primeira turma iniciada em 2013, trabalhando em diferentes territórios populares da cidade de Salvador. A Gamboa de Baixo foi contemplada nesta edição através dos trabalhos de assessoria do Arquiteto e Urbanista Fabricio Zanolli e do Urbanista José Aloir. Os residentes se aproximaram dos moradores através de atividades participativas que pautavam o reconhecimento do território no sentido de entender as demandas que deveriam ser priorizadas. Como o escopo do curso de especialização prevê, após o agrupamento das atividades coletivas, os residentes desenvolveram propostas individuais que ao fim do processo foram doadas para a associação de moradores, na intenção de fortalecer a luta dos moradores.

José aloir trabalhou com a questão da regularização fundiária, tendo como ponto de partida o PDDU de Salvador no qual a Gamboa de Baixo é definida como ZEIS 5 (Zona de Especial Interesse Social voltada para comunidades tradicionais), ele acaba desenvolvendo estudos sobre os instrumentos legais disponíveis com o objetivo de traçar diretrizes para a garantia da propriedade coletiva da terra. Tomando como base a Concessão de Uso Especial para fins de Moradia (CUEM) como proposta de regularização fundiária do território da Gamboa, assegurando o direito à permanência de seus moradores. Apesar do esforço do residente, a proposta elaborada ainda não registrou qualquer avanço legal na conquista desse direito.

Já o trabalho de Fabrício Zanolli, vai lidar com uma especificidade da ocupação das ruínas do forte, devido a ameaças de reintegração de posse que os moradores do forte vinham recebendo do IPHAN, o residente desenvolve sua assessoria voltada para a realocação das famílias que ocupam o forte para outra área na Gamboa. O arquiteto passa a discutir com os ocupantes estratégias para a realocação em um terreno próximo, a menos de 80 metros do forte. A proposta atende quatorze famílias através do projeto de unidades habitacionais planejadas nos moldes do Programa Minha Casa minha Vida Entidades. Para as outras quatro famílias ocupantes do forte, que não seriam contempladas no projeto das unidades habitacionais, caberia o aluguel social dentro da gamboa.

Este projeto foi utilizado pela Associação de moradores no processo judicial do forte, mostrando o interesse dos moradores em atender as demandas do IPHAN ao mesmo tempo que apontando alternativas de manutenção dos mesmos dentro da Gamboa. Ao final do ciclo da residência Zanolli se propõe a continuar enquanto assessor da associação de moradores, em função do seu profundo envolvimento com os moradores e de possíveis desdobramentos do projeto das moradias, dessa forma se mantém atuando nos anos seguintes, em 2016 e 2017, período em que desenvolve sua dissertação de mestrado que tem como tema a apropriação popular em patrimônios históricos tombados e o estudo de caso no Forte São Paulo da Gamboa. Durante esse período, Zanolli acompanhou as idas e vindas do processo de retomada forte, colaborando também com diversas outras frentes de assessoria ligadas ao fortalecimento da associação de moradores.

Apesar da inviabilidade de continuar atuando, devido a mudança do arquiteto para outro estado em meados de 2017, a atuação de Zanolli na gamboa foi bastante significativa, e grande parte dos trabalhos desenvolvidos por ele foram utilizados como base para a equipe atual de residentes que assumem a frente da assessoria à Gamboa a partir do final de 2017. Momento em que a Gamboa volta a ser contemplada por uma edição da residência, após o hiato de cerca de dois anos, que só não foi sentido pela comunidade em função da atuação de Fabrício (entre outros assessores mais pontuais) que seguiu engajado por conta própria independente do vínculo com a residência.

A terceira turma da RAU+E, 2017/2018, se tornou a segunda iniciativa da residência de atuação na Gamboa de baixo, contando com uma equipe formada por três residentes, sendo dois arquitetos e urbanista e um engenheiro eletricista que desenvolveram atividades diferentes etapas: inicialmente se engajaram na devolutiva a uma demanda específica da associação de moradores que envolvia uma proposta de uso comunitário do forte; num segundo momento desenvolveram os trabalhos coletivos de levantamento de informações e interações gerais com os moradores; e por último o trabalho individual de cada residente de acordo com seus eixos temáticos.

O primeiro momento se inicia em dezembro de 2017, com a tramitação do processo de reintegração de posse do forte. Preocupados com esta ação, a associação de moradores aciona a Faculdade de Arquitetura para a elaboração de uma proposta de uso comunitário do forte, a resposta acaba sendo realizada pela residência que em uma atividade imersiva elabora uma cartilha referente ao uso e gestão desse patrimônio a partir das colocações pontuadas pelos habitantes da fortificação. O documento foi entregue à associação de moradores, que utilizou para contrapor as idealizações do IPHAN na audiência. Visto que o órgão propunha a retirada dos moradores, a restauração da edificação e destinação de uso como uma escola de escoteiros da marinha, sem nenhuma integração com os usos comunitários atualmente consolidados.

A proposta da residência indicou a necessidade de restauro das edificações originais do forte, e apontou a construção de quatro unidades habitacionais (complemento do projeto de realocação de Fabrício Zanolli), a criação de um museu comunitário da pesca artesanal gerido pelos próprios moradores; a destinação de espaços comerciais e serviços comunitários; além da manutenção do pátio do forte para uso comunitário, fortalecendo as atividades que já acontecem atualmente no espaço.

O segundo momento da atuação conduzido pela equipe de residentes, teve como objetivo principal o desenvolvimento de vínculos de confiança com os moradores da Gamboa. No início dos contatos o que se percebeu foi que o grande número de interações da universidade que antecederam o trabalho em questão, muitas vezes com baixo aporte de resultados efetivos para o território, acabaram desgastando os vínculos e interesses nessas trocas.

O processo metodológico de aproximação com os moradores ocorreu a partir dessa leitura que envolveu a compreensão do momento de baixa articulação e bastante desgaste nas relações entre os moradores e as interações universitárias. A estratégia se baseou na percepção das condições de mobilização e nas características topográficas da Gamboa que condicionam a dinâmica do fluxo de moradores por toda a extensão de seu território. A alta declividade do terreno setoriza a Gamboa em três áreas, uma referente a cada rua, com um único ponto de interseção entre elas. Esta separação torna pouco comum o deslocamento dos moradores de uma rua para as outras. Portanto, a equipe tomou como estratégia descentralizar sua base de interlocução no território, na intenção de interagir com o maior número de moradores.

A partir dessa setorização, inicia-se o processo de divulgação das atividades que ocorre por rua de acordo com o encontro que será realizado. A divulgação foi realizada a partir de materiais gráficos (cartazes e fanzines), que apresentavam a equipe e o trabalho que se pretendia desenvolver ao longo do ano. No dia de cada atividade, com auxílio de lideranças comunitárias, os moradores foram convocados no porta a porta, nesta conversa individualizada com cada morador foram

apresentadas as pretensões dos residentes de realizar atividades de assessoria técnica.

Essa estratégia consolidou três oficinas, concentradas uma em cada rua, utilizando como base para as abordagens as temáticas dos eixos de atuação dos residentes, que foram: A regulamentação da Zona de Especial de Interesse Social (ZEIS) da Gamboa de Baixo; Mobilidade e Acessibilidade; e Melhorias Habitacionais. Nessas interações gerais foram abordados temas relacionados com questões que atravessam o cotidiano dos moradores, o que envolveu o mapeamento dos percursos diários, mapeamento de problemas infraestruturais e percepções gerais sobre o território, passando por questões relacionadas às legislações urbanas e seus vínculos com a garantia dos direitos urbanísticos e de moradia digna.

Embora existam atualmente três diferentes frentes de atuação da residência em andamento na Gamboa, iremos focar aqui na frente de melhorias habitacionais em função da maior interação comunitária que proporcionou e de seus vínculos com algumas atividades da graduação, proporcionando articulações que consideramos inovadoras e salutares entre atividades extensionistas de pós-graduação e de graduação.

A partir das atividades coletivas, rua a rua, foram cadastradas 54 famílias interessadas em interagir com a assessoria de melhorias habitacionais, nessa primeira rodada de conversas foram preenchidos cadastros básicos com informações sobre os moradores das casas, condições de renda, condições da moradia e intenções de reformas e ampliações. A partir dos contatos levantados foi iniciada a fase de consulta direta a cada morador, visitas às casas, levantamentos cadastrais e desenvolvimento de projetos. Os primeiros critérios que balizaram a ordem de atendimento dos demandantes foram a iminência de riscos, iminência de obras ou grau de precariedade. O trabalho que seguiu adiante foi o de visita às famílias cadastradas no intuito de entender a real situação da casa, entendendo também o que poderia ser viabilizado economicamente pelo morador e a compatibilidade entre as necessidades e desejos para a etapa de projeto. Nessa rodada de visita também foram realizados os cadastros físicos e os levantamentos de patologias e condicionantes encontradas nas casas.

A seguir, priorizando os moradores que já estavam com obra em andamento, ou com planejamento de iniciar em breve, aconteceram as visitas para discussão de projeto. A princípio, para iniciar o diálogo de intenções com as famílias, foram produzidas maquetes físicas de papelão apresentando a situação atual das casas (FIGURA 03). Após as propostas de modificação serem previamente aceitas pelos moradores, as maquetes serviram de base para a geração de outros desenhos tridimensionais como forma de auxiliar o entendimento das alterações que se pretendia fazer. Após o fechamento das propostas, foram realizadas as entregas aos moradores das fichas com os detalhamentos do projeto, juntamente com as planilhas orçamentárias das obras.



Figura 03: Discussão do projeto de melhorias através da maquete física da casa, com seus moradores. Fonte: Acervo próprio do autor.

A metodologia adotada foi encarada de forma experimental, o que possibilitou que ao longo do processo diversas adequações fossem realizadas, em um balanço geral foram 54 famílias cadastradas como interessadas na assessoria de melhorias habitacionais, dentre as quais até o momento apenas quinze passaram pela etapa de visita e cadastro físico da casa. Sete tiveram suas propostas de melhorias discutidas, os projetos desenvolvidos e entregues aos moradores.

Na atuação com assessoria técnica em melhorias habitacionais se coloca como fundamental o entendimento da autoconstrução como um dado de realidade na provisão da moradia popular, essa constatação coloca o ato de autoconstruir não como algo a ser combatido e criminalizado, mas sim como uma dinâmica real que precisa ser compreendida e a partir da qual se descortina a possibilidade de estabelecimento de um patamar de interação entre conhecimentos técnicos e conhecimentos práticos, na perspectiva de desenvolvimento de trocas de saberes e de qualificação das condições da moradia popular nas cidades. As condicionantes que envolvem a autoconstrução são de diversas ordens, vão desde a incapacidade das políticas públicas no que

se refere ao provimento habitacional, passando pelas condicionantes econômicas, pelas dificuldades múltiplas de acesso ao mercado formalizado da construção, de acesso aos técnicos especializados, de acesso à terra entre muitos outros.

A decisão de trabalhar com melhorias em casas autoconstruídas na Gamboa de Baixo passa por uma leitura desse território, que envolve a dinâmica das ampliações e reformas contínuas que estão presentes em grande escala na comunidade. A atuação diretamente junto a demandas específicas dos moradores em relação à suas próprias moradias é entendida também como parte do processo em que se pretende potencializar os usos, apropriações e qualificações dos espaços coletivos do bairro, já que nos parece necessário desenvolver um trabalho de longo prazo no qual as discussões mais individualizadas sobre os espaços privados permitam a construção de vínculos e o afloramento de questões importantes para a elaboração dos acordos em torno dos espaços coletivos e públicos.

BOLSISTAS PERMANECER – A GRADUAÇÃO E AS MELHORIAS HABITACIONAIS

Como suporte às ações de melhorias habitacionais da Gamboa, foram concedidas duas bolsas pela Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil da UFBA, direcionadas para estudantes de graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo. Esta dupla de bolsistas vem atuando diretamente nas inserções junto à comunidade, contribuindo assim, tanto para a formação dos estudantes da graduação, quanto na confecção dos trabalhos da residência. O trabalho dos bolsistas envolveram atividades de documentação e sistematização de informações referentes aos moradores das unidades habitacionais levantadas, perfil socioeconômico das famílias, trajetória habitacional dos moradores, problemas de saúde que possam ter relação com as condições da habitação, levantamento das condicionantes físicas das unidades habitacionais, identificação de patologias existentes, assim como das principais potencialidades e precariedades levantadas nas edificações, aplicação de metodologias de projeto participativo e elaboração de peças gráficas de síntese das informações coletadas.

A metodologia de trabalho partiu do entendimento que os casos abordados seriam dotados de especificidades, e que não existiria uma fórmula pronta para o atendimento das famílias. As atividades se iniciaram nas oficinas junto aos moradores e a associação local, nas quais foram realizados os cadastros prévios, a partir dos quais foram definidos critérios de prioridade para a rodada de visitas e o desenvolvimento de projetos.

Nos primeiros contatos diretos com os moradores em suas casas, notou-se que por vezes não havia clareza sobre o propósito da assistência técnica de melhorias habitacionais. Em algumas situações, os habitantes

das casas achavam que ação iria promover a reforma em si, e até mesmo a concessão de novas casas. Houveram ainda casos de moradores que imaginaram que os serviços ofertados ali, eram com finalidades lucrativas, direcionando à equipe olhares de desconfiança. Mas com o andamento dos trabalhos e o aumento dos contatos foi se esclarecendo a função de apoio com soluções técnicas possíveis, desenvolvidas junto com os habitantes de cada casa.

Quando o projeto iniciou, as atribuições para cada bolsista não foram rigorosamente desempenhadas, pois de forma natural, os dois bolsistas e o residente se mesclaram nas ações em campo, cadastrando as casas, elaborando os desenhos iniciais, medindo todos os ambientes e áreas externas pertencentes ao domicílio, fotografando os ambientes, com o objetivo de reunir material suficiente para a elaboração das propostas, de acordo com as necessidades expostas pelos moradores no decorrer dos contatos. Os bolsistas e o residente juntos analisam as patologias encontradas em cada casa discutindo possíveis causas e soluções mais adequadas. O mais comum foram solicitações de projetos de ampliação das casas por se tratar de casas muito pequenas, tendo como problemas recorrentes a falta de ventilação em todos os ambientes, a umidade e fissuras nas paredes. Em função da existência de muitas casas construídas com as paredes encostadas na encosta, e ainda como as casas são construídas uma ao lado da outra muitas vezes sem nenhum recuo, a maioria só possui iluminação e ventilação na fachada principal, de acesso a casa.

Ao longo do desenvolvimento do trabalho foi ficando claro aos bolsistas que a comunidade tem sua maneira própria de construir, e as técnicas empregadas em suas construções diferem das técnicas convencionais aprendidas na escola, o que talvez aponte para a necessidade de uma visão mais aberta sobre as construções informais.

Esta ação prática de interação junto às moradias na Gamboa foram bastante proveitosas para os bolsistas, que tiveram a oportunidade de sair de sala de aula e viver um pouco da realidade da assistência técnica de arquitetura na cidade de Salvador. Tendo assim, a oportunidade de ampliação da sua compreensão sobre a profissão e o desenvolvimento de capacidades e conhecimentos próprios do contato direto com as demandas dos moradores, a elaboração dos cadastros físicos, o desenvolvimento dos projetos participativos e a aproximação às complexidades construtivas que estão envolvidas nas autoconstruções.

A DISCIPLINA DE ATELIÊ E A GAMBOA

A partir da interação com melhorias habitacionais da terceira edição da Residência e da atuação da equipe constituída por um residente e dois bolsistas de graduação, na procura de renovar mais um ciclo de atuação da universidade em diálogo com os que já estavam em desenvolvimento é

consolidada uma conexão dessa ação extensionista com um espaço eminentemente de ensino que é a disciplina de Ateliê III.

A referida disciplina é direcionada a estudantes do terceiro ano do curso e tem como pauta principal o desenvolvimento de projetos de habitacionais, em 2018 o curso foi estruturado em três exercícios didáticos, sendo um deles o desenvolvimento de projetos de melhorias habitacionais em territórios autoconstruídos, como é o caso da Gamboa de Baixo.

Na intenção de acelerar a dinâmica de desenvolvimento de projetos que estava em andamento na Gamboa, a interação extensionista que já estava em curso há mais de um ano foi inserida dentro da sala de aula do Ateliê, no qual o exercício didático passou a se relacionar com as demandas reais levantadas originalmente pelas atividades da residência. Dessa forma ambos os processos parecem acumular ganhos e a relação com o território se concentra no mesmo canal de interação, sem gerar sobreposições.

A atual turma de ateliê é composta por 36 estudantes que foram divididos em 18 duplas, as atividades envolvem 8 casas selecionadas para participarem da rodada de projetos, de forma que em cada casa teríamos no mínimo duas duplas e no máximo três trabalhando. Para o exercício da disciplina a interação com a ação extensionista apresenta consideráveis vantagens e inovações no processo tradicional em que se dá esse tipo de exercício didático na FAUFBA, primeiro por possibilitar essa conexão direta com a realidade, na qual os estudantes lidam com demandas concretas em territórios poucas vezes presentes dentro das salas de aula de projeto, segundo porque tal iniciativa traz para dentro do espaço do ensino a pauta da extensão aportando a experiência anteriormente realizada, nestas condições não se iniciam do zero os vínculos já que as novas inserções ocorrem a partir das ações existentes anteriormente.

O problema da “entrada” e da “saída” em um ciclo tradicional de exercícios didáticos que pretendem lidar com demandas reais fica amenizado, já que o processo início, meio e fim do ateliê é mediado por outra ação extensionista que já havia sido iniciada antes e que não será finalizada ao fim das atividades letivas da disciplina.

Para o exercício foram apresentadas fichas sócio econômicas das famílias e um levantamento cadastral das casas, trabalho já desenvolvido no âmbito da residência. Como primeira atividade de interação com o território foi realizada uma interação acompanhada por lideranças comunitárias, e depois disso agendadas as visitas dos grupos às moradias que seriam seu objeto de projeto, momento em que os estudantes tiveram suas primeiras interações com os moradores com os quais seus projetos devem dialogar.

Este exercício está, no momento da escrita deste texto, em desenvolvimento e a intenção é de que a devolutiva aos moradores seja também mediada pela atuação de extensão e assessoria que já está em andamento, dessa forma os projetos que não conseguirem chegar a um produto qualificado serão desenvolvidos e finalizados pelos integrantes da ação de extensão, de maneira a garantir a devolutiva para os moradores, prerrogativa de trabalhos que lidam com demanda real. Essa estrutura de “saída” possibilita uma interação mais adequada do ateliê, que por ser um espaço de ensino, aprendizagem e experimentação nem sempre atinge os objetivos de projeto em todos os trabalhos apresentados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se por um lado ressaltamos a importância das atividades extensionistas no ensino de arquitetura e urbanismo, por trazerem à baila uma gama de questões fundamentais que de outra forma dificilmente estariam incorporadas ao referido ensino, envolvendo práticas, metodologias, aproximações e interações com diferentes agentes e possibilitando a maior aproximação dos estudantes e professores da área à lida com as demandas e a complexidade da cidade real, proporcionando maior aproximação entre teoria e prática, que nos parece tão necessária para a formação técnica e política dos arquitetos e urbanistas. Por outro, as interações extensionistas tem demonstrado limites e contradições que se explicitam nas próprias estruturas universitárias existentes dedicadas à extensão, gerando baixo acúmulo no enfrentamento das complexidades com que se deparam.

As práticas, as metodologias e as questões que surgem para o campo das assessorias técnicas nas interações extensionistas das escolas de arquitetura, mesmo com o histórico apresentado na primeira parte do texto, que demonstra um processo lento e gradativo de consolidação da extensão no ensino de AU, ainda se apresentam muitas vezes como questões novas e que carecem de maior maturação, já que embora sejam importantes e venham em um processo crescente, ainda são bastante minoritárias nas discussões e nos interesses do campo profissional. Com isso não pretendemos desqualificá-las ou desconsiderá-las, mas pelo contrário, avançar no sentido de facilitar acúmulos e indicar o desenvolvimento de “costuras” e estruturas mais flexíveis nas referidas escolas para que estejam aptas a lidar com a gama de questões que passam a surgir a partir da extensão pautada pela assessoria técnica.

Como já foi apresentado no início do texto, os projetos de extensão se inserem diretamente numa diversidade de tempos: o tempo histórico de ocupação e consolidação do território, o tempo das relações entre os moradores, o tempo dos projetos e ações de extensão, o tempo do processo formativo e a maturação dos estudantes envolvidos, o tempo burocrático/legal/fiscal da universidade. Assumir essa complexidade parece um passo importante para saber como lidar com ela, sem produzir

esgarçamentos, desarticulações, distanciamentos e conflitos desnecessários no processo, ao mesmo tempo que não cair no pragmatismo temporal muitas vezes fortalecido pelas estruturas universitárias. As demandas reais são cotidianas e não atendem a nenhum cronograma pré definido, forçar esse enquadramento é um erro que gera muitos desgastes e ao mesmo tempo surte pouco resultado real.

Dentro das estruturas de financiamento e de estruturação das ações e projetos de extensão vigora a lógica do ciclo: começo, meio e fim, num determinado lapso temporal e que como modelo de interação da extensão contraditoriamente traz em si boa parte das dificuldades que serão enfrentadas no processo que pretendem fortalecer. O que indica uma necessidade de reestruturação ampla das estruturas de extensão no sentido de fortalecer o vínculo real entre universidade e sociedade mas também a necessidade de superação dessas mesmas estruturas por aqueles que de dentro das universidades pretendem potencializar os acúmulos conquistados a duras penas nas ações extensionistas.

O caso de atuação extensionista como assessoria técnica voltada para as melhorias habitacionais na Gamboa de Baixo, guardando suas especificidades, parece apontar para a possibilidade de articular diferentes ciclos de temporalidade universitárias, proporcionando espaços de trocas e diálogos com outros espaços de ação dentro da universidade o que auxilia a expansão da extensão, ao mesmo tempo que potencializa os resultados da interação da universidade com o território. Essa articulação de diferentes ações e períodos tem como horizonte a continuidade das atividades de extensão no território e a majoração dos resultados das mesmas, a partir de uma perspectiva sinérgica.

Esse processo de interlocução entre diferentes ações da universidade com o mesmo território, misturando ensino e extensão, pós-graduação e graduação ocorre a partir de uma espécie de “costura” que procura reunir potenciais que se encontram dispersos no cotidiano universitário. Para tanto é fundamental que qualquer interação extensionista se dê a partir da escuta e observação sensível, se estruturando a partir do que surgir na interação com as pessoas no território. Outro ponto fundamental é o necessário esforço de diálogo com as demais frentes de ação que estejam em desenvolvimento no mesmo local, se distanciando dos riscos de uma construção hermética, pautada na importância da ação em si e não no que o território apresenta.

Costurar diferentes ações extensionistas num mesmo território significa aflorar a sensibilidade para entender e ouvir o que emerge da interação com moradores e lideranças locais, se descamisando das pré concepções estabelecidas e compreendendo a extensão como espaço de comunicação (FREIRE, 1983), de idas e vindas, como canal de mão dupla que ao mesmo tempo que transforma o território é transformada por ele. Esse despreendimento de teorias, de egos, de projetos pessoais, de direcionamentos políticos e de dirigismos, ao mesmo tempo que se

configura como a base possível para a costura, se coloca como um grande entrave visto a lógica muito disseminada de competitividade dentro das universidades.

A interação entre projetos e ações de extensão no território deveriam se dar a partir da intenção de colaboração, nestes termos o desafio que se coloca para as ações de extensão apontam para a consolidação de um espaço colaborativo, uma base de trocas que funcionem como estruturas de fomento às interações a partir dos territórios. Dessa forma as novas propostas poderiam surgir em diálogo com os acúmulos existentes a partir das informações que circulam na base de trocas, o que seria uma forma de romper os ciclos temporais pré-determinados evitando os cíclicos recomeços.

Tanto as dificuldades relacionadas às devolutivas aos territórios quanto os acúmulos organizativos e metodológicos das atividades de extensão encontrariam espaço privilegiado para se desenvolver nessas bases de trocas, que teriam como horizonte a articulação das ações no território, consolidando relações mais perenes e estruturadas entre universidade e sociedade a partir da perspectiva do assessoramento técnico à população que só parece possível a partir do rompimento temporal dos ciclos: começo, meio e fim. Nos parece que frente a um momento político tão incerto, onde não só as políticas de fomento à extensão universitária estão em risco, se não a própria existência da universidade pública brasileira, a transformação da relação universidade/sociedade - para qual tanto contribuem os projetos de extensão - nunca foi tão urgente.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Pedro Fiori. *Arquitetura Nova. Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões*. São Paulo: Editora 34, 2002.

BONDUKI, Nabil. *Origens da Habitação Social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP, 1998.

BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. "Periferias: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho". *Caderno de Estudos e Pesquisas Fupam*. São Paulo: FAU-USP, 1979.

CARNEIRO, Daniel Marostegan. *A extensão universitária e o campo das assessorias técnicas*. XVIII ENANPUR. São Paulo 2017.

FERRO, Sérgio. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

FREINET, Célestin. *A educação pelo trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. *Para uma escola do povo*. Lisboa: Editorial, 1969.

FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. 6. ed., São Paulo: Paz e Terra,

_____. *Extensão ou Comunicação?* 7º ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1983.

_____. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. 1º Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GORDILHO-SOUZA, Angela. “*Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia: experiência inovadora em ensino, pesquisa e extensão*”. In 7º PROJETAR – Originalidade, criatividade e inovação no projeto contemporâneo: Ensino pesquisa e prática. Anais... Natal, 30 de setembro a 02 de outubro de 2015.

LODDI, L. B. R. et al. *Extensão Universitária em Arquitetura e Urbanismo: A Prática dos Escritórios Modelo*. In: 7º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Anais... Ouro Preto, 7 a 9 de setembro, 2016.

LOPES, João Marcos de Almeida. *Sobre Arquitetos e sem tetos – técnica e arquitetura como prática política*. Tese (Livre Docência). IAU – USP, São Carlos, 2011.

PERRY, Keisha-Khan Y.; CAMINHA, Ana Cristina da Silva. “*Daqui não saio, daqui ninguém me tira*”: poder e política das mulheres negras da Gamboa de baixo, Salvador. Niterói: Revista Gênero, v. 9, n. 1, p. 127-153, 2008

PULHEZ, Magaly Marques. *Espaços de favela, fronteiras do ofício: história e experiências contemporâneas de arquitetos em assessorias de urbanização*. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo), EESC-USP, São Carlos, 2007.

RONCONI, Reginaldo Luiz Nunes (2002) *Inserção do canteiro experimental nas Faculdades de Arquitetura e Urbanismo*. Tese de Doutorado, PO. GHOUBAR, Khaled.

ROSA, Thaís Troncon. “*Favelas, periferias: uma reflexão sobre conceitos e dicotomias*”. *Anais 33.º Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu/MG, 2009.

ROSA, Thais Troncon. (2014). *Cidades Outras: pobreza, moradia e mediações em trajetórias urbanas liminares*. Tese de Doutorado, PO. RIZEK, Cibele Saliba.

ZANOLLI, Fabrício Oliveira. *Ação patrimonial, ocupação popular e os conflitos da preservação: O caso da comunidade da Gamboa de Baixo*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, 2017.

_____. *Ocupação popular em patrimônio: A luta pelo direito à cidade e os conflitos da memória coletiva*. XVIII ENANPUR. São Paulo 2017.